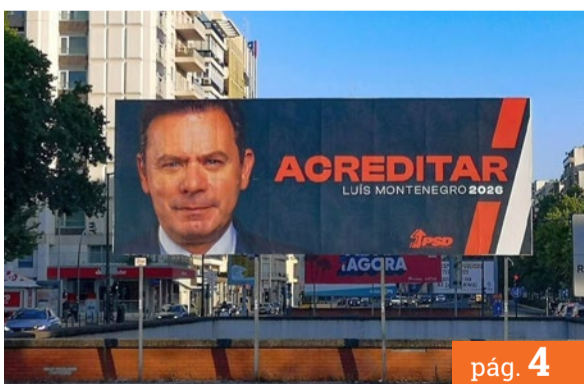




O órgão de direção política do PSD reuniu na segunda-feira, 11 de julho, pela primeira vez, desde a tomada de posse de Luís Montenegro no 40.º Congresso. A CPN fez uma análise sobre a situação política atual, com destaque para a calamidade dos fogos florestais e o “caos” no Serviço Nacional de Saúde

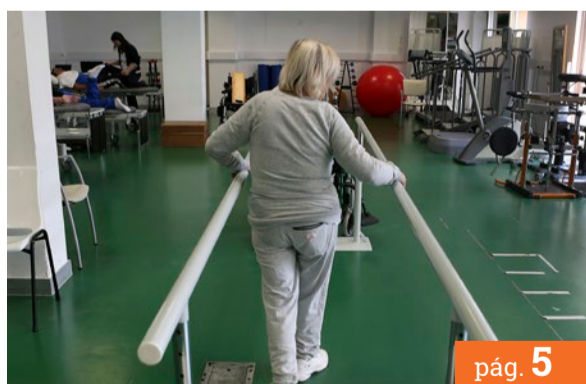


pág. 4

PSD

PSD LANÇA CARTAZES POR TODO O PAÍS

Sob o “slogan” “Acreditar-Luís Montenegro 2026”, os cartazes foram instalados após a realização do 40.º Congresso Nacional do PSD, no Pavilhão Rosa Mota no Porto



pág. 5

LOCAIS

PSD DO ALGARVE CRITICA GESTÃO DO CENTRO DE MEDICINA DO SUL

O PSD e a associação Movimento Determinante acusam a gestão do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul de não assegurar o tratamento atempado dos utentes



pág. 9

REGIONAIS

PSD/AÇORES SAÚDA GOVERNO REGIONAL POR QUERER SALVAR A SATA

António Vasco Viveiros critica a governação socialista “pelos erros de gestão cometidos pela SATA Internacional, bem como pelos prejuízos nas rotas de aviões que nem sequer aterravam”

GOVERNO É INCAPAZ DE RESOLVER OS “PROBLEMAS ESTRUTURAIS” ASSOCIADOS AOS INCÊNDIOS



Paulo Rangel acusa o Governo de não resolver os “problemas estruturais” que estão associados e potenciam os efeitos devastadores dos incêndios. Segundo o vice-Presidente do PSD, a questão dos fogos é um tema que merece uma enorme preocupação para o partido, relembrando que o primeiro ato público do líder do PSD, Luís Montenegro, foi a deslocação a Pedrógão Grande, precisamente há uma semana.

No final da primeira reunião da Comissão Política Nacional (CPN) do PSD desde a tomada de posse de Luís Montenegro no 40.º Congresso, dia 11, o vice-Presidente do PSD criticou a incompetência do Governo, incapaz de “tomar medidas preventivas” “na política da água”, na reforma florestal, na componente financeira, com a “asfixia financeira dos corpos de bombeiros” e “nos apoios que estão em falha”, nas debilidades na “rede de comunicações”, “que continua a não existir”, quando as diversas entidades envolvidas no combate às chamas “não têm cobertura de telefone e de Internet”.

“Não podemos atirar a responsabilidade para as pessoas, mas há lições que deviam estar mais que aprendidas”, afirmou Paulo Rangel.

O vice-Presidente social-democrata dirigiu um “apelo cívico para que as pessoas se abstenham” de qualquer comportamento de risco, quando, por estes dias, as condições climáticas, “a seca extrema e a vaga de calor” potenciam estes fenómenos no verão.

O eurodeputado do PSD manifestou uma “palavra de solidariedade para com as famílias” atingidas pelos fogos e um agradecimento às corporações de bombeiros.

CAOS NA SAÚDE

Paulo Rangel criticou ainda “a gestão da ministra da Saúde”, que “é frágil” e “está a criar um caos” no setor.



“Não há qualquer medida. Isso cria, também, alarme social”, alertou Paulo Rangel.

A situação nas urgências, a inoperacionalidade da emergência médica e “o excesso de mortalidade covid muito elevado, que está a afetar os mais velhos” constituem sinais da falta de capacidade do Ministério da Saúde e de Marta Temido.

“A gestão da senhora ministra da Saúde é frágil, está a criar um caos. Não há qualquer medida. Isso cria também alarme social. O sistema de saúde é uma prioridade”, sintetizou.

UNIVERSIDADE DE VERÃO E FESTA DO PONTAL ESTÃO DE REGRESSO

A CPN tomou ainda duas decisões sobre a agenda política do partido, no verão e na “rentrée”.

“O PSD vai retomar no seu formato tradicional a Festa do Pontal, terá lugar no dia 14 de agosto, em Quarteira [Algarve]. Uma festa tal qual como era tradição do PSD há décadas”, afirmou.

O PSD irá também realizar, como já tinha sido anunciado, a tradicional Universidade de Verão, entre 29 de agosto e 4 de setembro, em Castelo de Vide, que terá como principal organizador Carlos Coelho – coordenador da Academia de Formação do PSD – e que não se realizou nos últimos dois anos devido à pandemia de covid-19.

A direção do PSD recebeu, ainda, na segunda-feira, os presidentes das Distritais.

CEM DIAS DE GOVERNO, “CEM DIAS DE DESNORTE”

Num balanço aos cem dias de ação do XXIII Governo Constitucional, Luís Montenegro considera que os portugueses sentem no dia a dia a incompetência e desorientação do Executivo socialista. “Quando Portugal olha para estes cem dias parece que já são cem meses, dado que nada mudou com a maioria absoluta do PS”, afirmou.

Em declarações após a primeira reunião com o Grupo Parlamentar do PSD em que participou como Presidente do partido, dia 7 de julho, Luís Montenegro lamenta que o Executivo não seja “capaz de mudar estruturalmente o país” nem “de sustentar a rota de empobrecimento em que estamos mergulhados”.

O líder do PSD critica a incapacidade de resposta do Governo perante a perda acentuada de poder de compra das famílias, seja nos serviços públicos “caóticos”, “em particular na saúde” seja nas “insuficiências na educação, na falta de professores” e “na recuperação” escolar decorrente da pandemia.



“São mais cem dias perdidos em cima dos seis anos e meio anteriores, e são cem dias de perfeita confusão, desnorte, diria mesmo, de ligeireza no exercício das funções do Governo”, sintetizou.

Para Luís Montenegro, a debilidade mais nítida do Governo é “a falta de autoridade e de credibilidade”, “a confusão, bagunça mesmo, que reina” entre os membros de um Executivo, cuja “autoridade do Primeiro-Ministro está ferida” por causa da “querela” “dentro do núcleo duro do Governo”, ainda por explicar aos portugueses, sobre a trapalhada aeroportuária para Lisboa.

A este propósito, Luís Montenegro reafirma que “o Governo foi incapaz de tomar qualquer decisão” sobre o novo aeroporto, recordando que o Executivo “anda há, quase dois anos, a concluir um procedimento que foi acordado com o PSD, para a realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica que ponderasse três localizações [Portela + Montijo, Montijo + Portela ou Alcochete].

“O tema aqui é a incapacidade deste Governo de tomar decisões, incluindo uma que é meramente administrativa”, assinalou.

Sobre os debates quinzenais, Luís Montenegro defende que a principal preocupação é travar “os abusos do rolo compressor da maioria”, sendo que os debates quinzenais são “instrumentos de fiscalização” normais em democracia.

“A nossa proposta é muito direta: queremos retomar os debates quinzenais na formulação que eles tinham anteriormente. Poderá haver um formato, um modelo aprimorado, mas não pomos em causa a natureza dos debates quinzenais”, explicou.



ÁLVARO AMARO NOMEADO RELATOR DA NOVA ESTRATÉGIA PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

Álvaro Amaro, eurodeputado do PSD, foi nomeado, na semana passada, em Estrasburgo, pelo Parlamento Europeu, responsável pelo relatório sobre a nova Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

O eurodeputado social-democrata afirma estar "muito satisfeito de me ter sido incumbida tal responsabilidade, concretizando, mais uma vez, o compromisso que assumimos para com as regiões autónomas portuguesas, que também são ultraperiféricas e que têm constrangimentos acrescidos, mas que também têm inúmeras potencialidades, às quais a Europa não pode ficar indiferente. Será um trabalho muito importante e em estreita articulação com os governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira."

Álvaro Amaro assume agora a responsabilidade de desenhar e negociar a posição do Parlamento Europeu sobre a Comunicação da Comissão Europeia, publicada em maio, "Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realisar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE".

"O objetivo é que se alcance um documento orientador das instâncias europeias e dos decisores políticos para os próximos anos, capaz de influenciar o próximo quadro financeiro, mas que também avance com medidas concretas, que corrija as falhas já identificadas nesta comunicação, que retome justas reivindicações da ultraperiferia, que a Comissão Europeia ignorou, e que seja capaz de igualmente proteger as Regiões Ultraperiféricas (RUP) face a outras políticas que se começam a desenhar na UE, no estrito cumprimento do artigo 349º do Tratado", avança o eurodeputado.

Álvaro Amaro concluiu reiterando a importância do documento, sendo que "os últimos anos foram muito difíceis para todos, mas particularmente desafiantes para as RUP, que sofreram os impactos de uma crise pandémica sem precedentes, que se têm vindo a agravar com os efeitos da invasão russa à Ucrânia, sendo que estas



regiões são especialmente vulneráveis ao aumento dos preços dos combustíveis e das matérias-primas em geral.

Recorde-se que a delegação do PSD no Parlamento Europeu já havia introduzido 45 propostas de alteração, nas mais variadas áreas de interesse para as RUP portuguesas, em setembro de 2021, ao documento do Parlamento Europeu que, conjuntamente com outras contribuições, viria a servir de base a esta nova Comunicação da Comissão Europeia.

PSD LANÇA CARTAZES POR TODO O PAÍS

O Partido Social Democrata (PSD) lançou uma campanha nacional de cartazes. Sob o "slogan" "Acreditar-Luís Montenegro 2026", os cartazes foram instalados após a realização do 40.º Congresso do PSD, no Pavilhão Rosa Mota no Porto.

Nos "outdoors" consta o rosto de Luís Montenegro, o Presidente do PSD, a palavra "Acreditar", grafada a laranja, bem como o logotipo e a sigla do PSD, que se mantém fiel aos seus princípios.

Através desta iniciativa gráfica, o PSD pretende comunicar aos portugueses que há uma alternativa ao contexto de empobrecimento, de incompetência e de falta de ambição do Governo socialista.

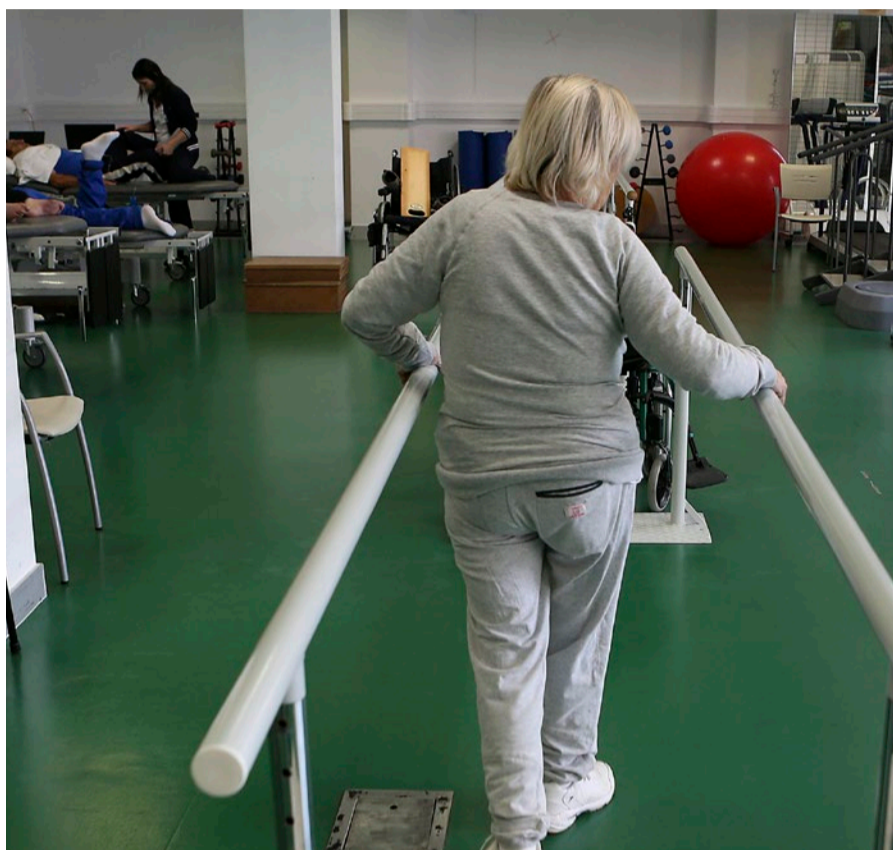
Com Luís Montenegro, começa um ciclo de renovação, de esperança e de afirmação de um projeto onde todos os portugueses são convocados.

O PSD acredita na sabedoria, na tenacidade e na solidariedade do povo português.

Neste momento, é preciso acreditar.



PSD DO ALGARVE CRITICA GESTÃO DO CENTRO DE MEDICINA DO SUL



no tratamento de pessoas que viram a sua mobilidade reduzida, como por exemplo vítimas de acidentes de viação ou afetadas por doenças incapacitantes.

Contudo, segundo o PSD, o centro não tem assegurado um tratamento atempado e com qualidade aos utentes.

Em comunicados distintos, o PSD do Algarve e a associação criticam a saída da diretora clínica do CMFR Sul e acusam o Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA) de não ter correspondido aos objetivos que assumiu para melhorar o serviço prestado e garantir os meios humanos e materiais necessários à prestação dos cuidados de “excelência” que o Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul ofereceu no passado.

Na nota, o PSD considera que o CMFR Sul “atravessa uma grave crise”, que foi agora “pontuada com o pedido de demissão da atual diretora clínica”, lamentando que Arminda Lopes tenha deixado o cargo “apenas dois meses” depois de ter sido nomeada.

O PSD recorda que, quando a diretora clínica tomou posse, foi definido o “objetivo” de “fazer face a um conjunto de problemas”, como “a baixa taxa de ocupação de camas no internamento”, a “falta de recursos humanos e materiais”, o “engrossar das listas de espera”, o “lento e inexorável processo de desqualificação e desvirtuamento da missão do CMR Sul”, transferindo utentes com “outras patologias” do Hospital de Faro para o Centro.

“Dá dó a todos os que conhecem ou beneficiaram com o CMR Sul que esta instituição, outrora de excelência, esteja, por estes dias, a viver um momento tão negro. Este centro presta cuidados que salvam vidas, que abrem horizontes de esperança, e as patologias a que responde têm uma janela terapêutica muito apertada. Ou têm lugar em tempo próprio ou os danos tornam-se irreversíveis”, adverte Cristóvão Norte, Presidente da Comissão Política do PSD de Faro.

O ex-deputado considera que “o Governo é responsável” pela situação, porque “prometeu, quando decidiu integrar o CMR Sul no CHUA, que iria tornar o primeiro num centro de responsabilidade integrada”.

Cristóvão Norte acrescenta que essa “modalidade oferece maior autonomia de gestão” e “garantia de agilidade”, mas salienta que “passaram quatro anos e nada foi feito”, tendo a “degradação do CMR Sul se acentuado”.

O PSD e a associação Movimento Determinante, que junta cidadãos com deficiência e cuidadores, criticam a gestão do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul realizada pelo centro hospitalar do Algarve, que acusam de não corresponder aos objetivos assumidos.

Localizado em São Brás de Alportel, no distrito de Faro, o Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul (CMFR Sul) é a única unidade a sul do rio Tejo especializada

Festa do
PONTAL '22



A FESTA DO PONTAL ESTÁ DE VOLTA

DOMINGO | 14 AGOSTO | 19H00

Calçadão de Quarteira

OBRAS ESTÃO “POR CONCLUIR” NO HOSPITAL DE GAIA



O PSD ter que a tutela preste contas sobre o projeto de modernização do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho (CHVNG/E), considerando que “sete anos é muito tempo para concluir investimentos”, revelou o deputado Firmino Pereira.

“O CHVNG/E tem esperado por investimento que o modernize. Em 2015 foi lançada a obra de construção de um novo edifício, estamos em 2022 e a obra não está concluída. Considero que sete anos é demasiado tempo para concluir este investimento”, lê-se no requerimento que os sociais-democratas enviaram à ministra da Saúde.

No mesmo texto, que é assinado por Firmino Pereira, o PSD pergunta à tutela se com as obras que estão a decorrer no CHVNG/E serão criadas condições para a instalação de um heliporto.

Outras das preocupações do grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República prende-se com a reabilitação dos edifícios dos pavilhões feminino, masculino, central e satélite, espaços que fazem parte da Unidade I do CHVNG/E, mais conhecida por antigo Hospital Eduardo Santos Silva.

O PSD recorda que nessa unidade, localizada no Monte da Virgem, está em construção um novo edifício, o qual já acolheu, entre outros, serviços como a Urgência ou a Maternidade, mas questiona a conclusão do projeto

“Saúdo, no entanto, estar prevista no Orçamento do Estado a ideia de continuar a obra dotando com meios financeiros a última fase [de empreitada]. Faltam ainda acabar cerca de 8.000 metros quadrados do novo edifício que é muito importante para instalar novos serviços (...). Quando será lançado o concurso público do edifício iniciado em 2015? Esse concurso permitirá finalizar as obras?”, lê-se no requerimento de dia 5 de julho.

O deputado Firmino Pereira, que exerceu durante 16 anos funções de vereador e de vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no distrito do Porto, nos mandatos do social-democrata Luís Filipe Menezes, considera, por fim, que o CHVNG/E tem um plano de reabilitação integrado que é “útil, mas precisa de ser executado”.

LUÍSA SALGUEIRO NEGOCEIA ACORDO PIOR DO QUE O QUE TEM EM MATOSINHOS

O PSD de Matosinhos acusou a presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) de negociar com o Governo um acordo de transferência de competências na Educação pior do que o que vigora no concelho no qual é autarca.

Bruno Pereira, presidente da concelhia social-democrata de Matosinhos, acusa a também presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Luísa Salgueiro, de “não defender os municípios na delegação de competências”, considerando que, “no mínimo”, a autarca “seria obrigada a defender um contrato de descentralização de competências na área da educação para todos os municípios em condições e termos semelhantes ao que está em vigor” naquele concelho do distrito do Porto.

Segundo explica no texto, “desde 2015 o município de Matosinhos detém um contrato interadministrativo, na área da Educação, de delegação de competências, de relevo, assinado com o Governo de Pedro Passos Coelho, sendo que as despesas relacionadas com “manutenção de edifício, visitas escolares, cultura, transporte de crianças e jovens, despesas com empresas de limpeza, gás, água, telecomunicações e energia” seriam suportadas pelo estado central “e com uma maior dotação financeira por escola, por aluno e agrupamento escolar do que o proposto atualmente”.

“No mínimo, Luísa Salgueiro seria obrigada a defender um contrato de descentralização de competências na área da Educação para todos os municípios em condições e termos semelhantes ao que está em vigor em Matosinhos”, lê-se no texto, sendo que o processo de negociação entre ANMP e o Governo para a descentralização de competências, nomeadamente na área da Educação, não está ainda concluído.

Ainda assim, para o PSD de Matosinhos, “a presidente da ANMP escamoteia, junto dos seus associados, o que se passa no seu município, talvez devido aos remorsos pelo facto de o PS ter sido contra este acordo vantajoso para Matosinhos, prejudicando assim as autarquias em benefício do Governo”.

Bruno Pereira acusa ainda o PS e a presidente da ANMP de “total falta de transparência” de “continuarem sem perceber o verdadeiro impacto de uma transferência de competências nos moldes pretendidos, quando no seu município obtiveram melhores condições contratuais, com um governo do PSD/CDS e que ainda hoje vigoram”.

As negociações entre o Governo e a ANMP atrasaram-se em áreas como a Educação, a Saúde e a Ação Social, que envolviam a transferência de funcionários, equipamentos e, em consequência, montantes financeiros. O atraso da publicação dos diplomas levou à prorroga-

ção do prazo para que os municípios assumissem definitivamente estas competências, de 01 de janeiro de 2021 para 31 de março de 2022. Em 1 de abril, quando era esperado que os municípios assumissem definitivamente competências na Saúde e na Educação, menos de metade dos municípios elegíveis (201 na Saúde e 278 na educação) tinham assumido as competências voluntariamente.



CÂMARA DO FUNCHAL APROVA REFORÇO DE 30% DO APOIO PARA COMPRA DE MANUAIS ESCOLARES

A Câmara Municipal do Funchal aprovou, dia 7 de julho, o reforço em 30% de apoio às famílias carenciadas para aquisição de manuais escolares, passando a ajuda de 100 para 130 euros, anunciou o presidente do município.

“É um apoio significativo”, disse Pedro Calado, que lidera o executivo da principal autarquia da Madeira, governada pela coligação PSD/CDS-PP (Funchal Sempre à Frente), após a reunião semanal da vereação.

Segundo Pedro Calado, a alteração ao Regulamento de Apoio à Natalidade e à Família contou com os votos favoráveis dos vereadores da oposição, a coligação Confiança, encabeçada pelo PS.

O autarca criticou, contudo, o que classificou de “postura política inqualificável” da oposição, porque também apresentou uma proposta idêntica, mas defendendo a duplicação do apoio, até os 200 euros. “É uma leviandade e uma forma despropositada de estar na política. Não interessa o valor, desde que ficasse acima”, sublinhou, argumentando que se a coligação Confiança tivesse querido reforçar o apoio deveria ter aprovado a medida durante os oito anos em que governou a Câmara do Funchal.

Pedro Calado assegurou também que, no próximo ano, continuarão a existir apoios sociais.

O documento, agora aprovado em reunião camarária, será submetido a apreciação da Assembleia Municipal na terça-feira para que o reforço de 30% no apoio à compra de livros e material escolar possa ser aplicado já no próximo ano letivo.

De acordo com uma nota divulgada pela autarquia, todas as ajudas financeiras previstas no Regulamento de Apoio à Natalidade e à Família “vão ser majorados em 10%, no caso de agregados familiares monoparentais ou sinalizados num contexto de violência doméstica, bem como em situações em que existam elementos portadores de doenças oncológicas ou doenças crónicas incapacitantes”.

MAIS 12 FAMÍLIAS NA LEGALIZAÇÃO DE MORADIAS NAS ZONAS ALTAS

A autarquia do Funchal entregou, dia 6 de julho, gratuitamente, projetos de arquitetura e de acessibilidades, redes de abastecimento e saneamento básico que permitirão a 12 famílias das zonas altas do concelho legalizar e reabilitar as suas moradias.

A elaboração destes projetos foi realizada pelo Gabinete Técnico das Zonas Altas da autarquia, criado em 1995, referiu o presidente da Câmara, Pedro Calado, indicando que desde essa data já foram legalizadas “mais de 1.000 moradias”.

O autarca, eleito pela coligação PSD/CDS-PP, salientou que está “a executar uma promessa de campanha, que é reativar o Gabinete Técnico das Zonas Altas, permitindo a famílias carenciadas ou com poucos recursos económicos, de todo o concelho do Funchal, a fazerem projetos de legalização, de alteração ou de acessibilidades, para terem a sua situação legalizada”.

“Este gabinete já existia desde 1995, mas o que lamentavelmente aconteceu foi que nos últimos oito anos o trabalho foi praticamente nulo ou reduzido”, criticou.

A Câmara do Funchal entregou 12 projetos de arquitetura e 12 relativos a acessibilidades e redes de abas-



tecimento de água e saneamento básico a moradores com carências económicas de forma gratuita.

De acordo com o presidente da autarquia, cada projeto de arquitetura elaborado pelo gabinete técnico representou um investimento máximo de 6.000 euros.

Agora, cabe às famílias executarem as obras, que variam entre os 40.000 e os 70.000 euros, disse Pedro Ca-

lado, acrescentando que os moradores deverão fazer uso de linhas de apoio como o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados.

Pedro Calado garantiu também que, até ao final do ano, será iniciada a revisão do Plano Diretor Municipal uma vez que, ao abrigo do atual, não é permitida a legalização de muitas habitações.

AGRICULTORES “DESESPERAM” POR ATRASO NOS APOIOS

A Comissão Política Distrital de Portalegre do PSD acusa a ministra da Agricultura de “faltar à palavra” para com os agricultores, no âmbito do apoio excecional de crise, lamentando que não tenham sido liquidadas as ajudas.

“Este apoio não é nada mais, nada menos do que as ajudas que os agricultores têm direito, não são ajudas nacionais, são ajudas da Europa”, alertou a vice-Presidente da Comissão Política Distrital de Portalegre do PSD, Fermelinda Carvalho.

Fermelinda Carvalho, que falava em conferência de imprensa, dia 8 de julho, recordou que a ministra da Agricultura, “entendeu estipular” um prazo para pagamento e que a antecipação dessas ajudas, nomeadamente em “50%”, seriam pagas até final de maio.

“Essa data não foi cumprida, sem qualquer explicação. A própria ministra estipulou outra data, 30 de junho, novamente voltou a não ser cumprida, faltou pela segunda vez à palavra dada”, disse.

O Ministério da Agricultura anunciou que os pagamentos no âmbito do apoio excecional de crise já foram processados. No total, deram entrada no Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), 36.153 candidaturas e serão pagos 240 milhões de euros.

“Não sabemos se vai ser ou não cumprido, de qualquer maneira houve aqui uma falta de palavra da ministra e do senhor primeiro-ministro, do Governo”, apontou Fermelinda Carvalho.



A dirigente social-democrata, também presidente do município de Portalegre e presidente da Associação dos Agricultores do Distrito de Portalegre, acrescentou ainda que os agricultores “desesperam” pelo apoio excecional de crise para fazer face aos compromissos assumidos junto dos fornecedores.

CÂMARA DE LISBOA REFORÇA COOPERAÇÃO COM JUNTAS DE FREGUESIA NA RECOLHA DO LIXO

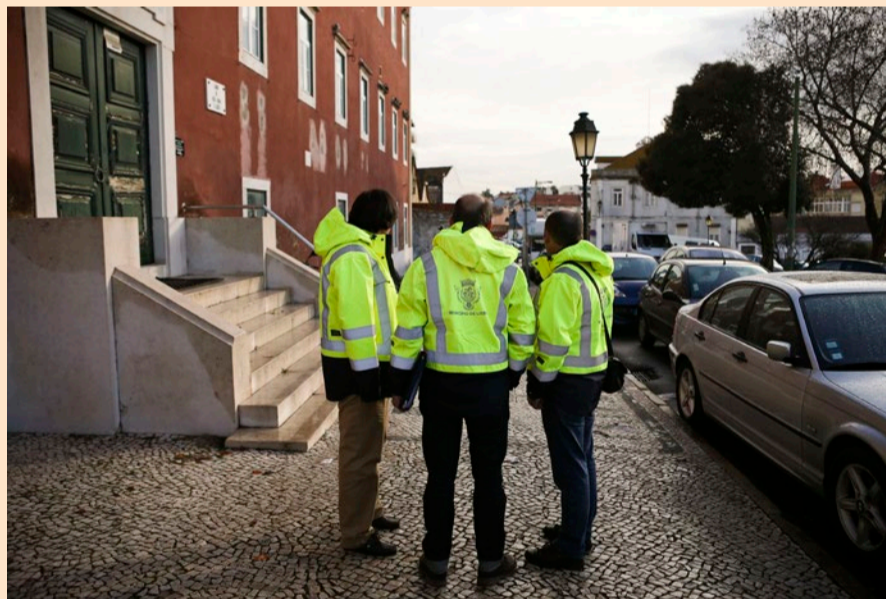
O Presidente da Câmara de Lisboa defende que as dificuldades na recolha do lixo só podem ser colmatadas “em conjunto” com as 24 juntas de freguesia, que dispõem este ano de 10,2 milhões de euros para a higiene urbana.

“Não podemos ignorar a realidade e todos nós andamos pela rua e as nossas conversas com os munícipes e com os fregueses é que há muitas dificuldades, dificuldades na recolha do lixo em Lisboa, e é perante essa realidade que temos de agir”, declarou Carlos Moedas, referindo que o município e as juntas de freguesias têm de trabalhar “juntos” para resolver os problemas na higiene urbana.

O presidente da Câmara de Lisboa falava no âmbito da assinatura dos contratos interadministrativos e de delegação de competências relativos à higiene urbana, “que permitirão transferir este ano ainda 10,2 milhões de euros para as juntas de freguesia”.

“Estou seguro de que estamos a entrar numa nova etapa desta nossa relação entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, mas, acima de tudo, numa nova etapa de um compromisso comum à cidade: a limpeza e a higiene urbana”, afirmou o autarca, perante a presença dos 24 presidentes de juntas, destacando o compromisso de todos, apesar das diferenças partidárias, para melhor servir os lisboetas e quem visita a cidade.

Carlos Moedas reconheceu o atraso na



assinatura destes contratos e prometeu que, nos próximos anos, a câmara municipal será “mais célere”, referindo que, desde a tomada de posse do atual executivo camarário, em outubro de 2021, foi possível encontrar um espaço orçamental de 18 milhões de euros para a higiene urbana, em que se incluem os 10,2 milhões para este ano e 7,8 milhões referentes ainda a 2021.

O autarca disse que a câmara municipal está a fazer “um esforço enorme” nesta área, indicando que a cidade de Lisboa “produz por dia 900 toneladas de lixo e de resíduos, portanto é muito difícil” responder às necessidades.

“Nós sabemos que as falhas existem, mas nós só conseguimos colmatar essas falhas em conjunto e essas falhas só podem ser colmatadas quando nós conseguirmos realmente trabalhar para os munícipes, não a freguesia ou a câmara municipal, mas juntos”, reforçou o social-democrata.

O Presidente da Câmara manifestou “um agradecimento profundo” aos trabalhadores da higiene urbana, que “são os primeiros na linha da frente, são eles os primeiros que querem oferecer a Lisboa e aos lisboetas uma cidade limpa”, mas que têm tido “muitas angústias” face às dificuldades.

“Lanço hoje aqui, realmente, algumas outras soluções também de curto prazo, por-

que nós temos de ter soluções aqui de curto prazo”, anunciou Carlos Moedas, referindo-se à contratação de 160 cantoneiros e de mais 30 motoristas para a área da higiene urbana, assim como a necessidade de “aumentar as equipas de sensibilização e fiscalização da deposição de resíduos” e de renovar a frota de viaturas.

Lembrando a reivindicação dos trabalhadores quanto ao subsídio complementar de insalubridade e de penosidade, o autarca reconheceu que esse é um direito que têm, pelo que o executivo camarário respondeu “imediatamente”, o que representa nas contas deste ano do município “mais um milhão de euros”.

“Precisamos de ir mais longe, portanto também deixo aqui hoje um convite aos trabalhadores para nos sentarmos e para pensarmos em novas soluções para os problemas que ainda temos”, desafiou Carlos Moedas, reconhecendo os trabalhadores da higiene urbana como “os primeiros embaixadores da perceção da cidade”, que, neste momento, “não está limpa” e que regista problemas na recolha do lixo.

Com a presença de vereadores das diferentes forças políticas que integram o executivo camarário, o social-democrata assegurou aos presidentes de juntas que a câmara vai “fazer tudo” para que o problema do lixo seja resolvido e para que Lisboa esteja “cada vez mais limpa”, reforçando que “não há diferenças políticas no que toca à limpeza da cidade”.

PSD/AÇORES SAÚDA GOVERNO REGIONAL POR QUERER SALVAR A SATA



O deputado do PSD/Açores António Vasco Viveiros saudou o Governo Regional pelo empenho com que liderou o processo de reestruturação da SATA e negociou com a Comissão Europeia, permitindo “salvá-la no imediato apesar dos prejuízos acumulados, herdados da governação socialista”.

O social-democrata falava esta manhã no debate de urgência sobre a situação financeira da companhia aérea açoriana, na Assembleia Legislativa dos Açores, na Horta.

António Vasco Viveiros acusou a governação socialista de “inação pelos erros de gestão cometidos pela SATA Internacional em 2013 e 2019, bem como pelos prejuízos resultantes de rotas que nem sequer aterravam nos Açores. Uma situação difícil de inverter em pouco tempo”, advertiu o parlamentar.

Mais adiantou que “esses antecedentes foram recheados de avisos da parte da oposição, na altura”, recordando os prejuízos que já se faziam sentir em 2014,

levando o então presidente do PSD/Açores, Duarte Freitas, a alertar o Governo para duas situações, apontou António Vasco Viveiros.

“Uma delas, que era preciso pedir autorização a Bruxelas e aumentar o capital social da SATA face a sua situação financeira. Disse mais. Disse que era necessário separar as empresas, evitando contágio entre a SATA Air Açores e a SATA Internacional. Portanto, o PSD nessa matéria, há muitos anos avisou o Partido Socialista. O que aconteceu era previsível”, afirmou.

O parlamentar social-democrata realçou que o plano de reestruturação elaborado pelo Governo da Coligação – PSD, CDS/PP e PPM – mereceu a confiança da Comissão Europeia. “Sem a confiança da Comissão Europeia, a SATA fechava, tal como aconteceu com muitas outras companhias europeias”, indicou.

O deputado do PSD/Açores lembrou que o atual Governo se deparou com “uma companhia com um processo de averiguações por ajudas ilegais, uma empresa com um passivo de 635 milhões de euros, com resultados acumulados de 302 milhões de euros e capitais próprios negativos de 369 milhões de euros”.

Valores estes a que acresce a obrigação da companhia devolver 72 milhões de euros relativos a auxílios estatais “atribuí-

dos ilegalmente pelo governo socialista”, detetados pela Comissão Europeia perante um pedido de aumento de capital da SATA, em 2020, conduzindo a um processo de averiguações.

Montantes estes que recairão sobre os contribuintes. “É bom ter consciência disso. Os senhores não têm e não assumem as suas responsabilidades”, sublinhou António Vasco Viveiros dirigindo-se à bancada socialista.

“Se a SATA estivesse numa situação financeira diferente em 2019, tirando o COVID, a necessidade de privatização de 51% de capital não se colocava. É uma imposição que já foi esclarecida pelo senhor Secretário das Finanças e só por teimosia alguém insiste que era possível ser de forma diferente. Não é possível”, frisou o parlamentar social-democrata.

O deputado do PSD/Açores esclareceu que por um lado existe a SATA Air Açores a operar “fora de qualquer dificuldade, fora do processo de privatização, naquilo que é a sua essência, o transporte de passageiros e carga inter-ilhas”.

Por outro lado, a SATA Internacional – Azores Airlines “com possibilidade de recuperação através das condições transmitidas por Bruxelas, desde que apareça um parceiro interessado e acredite na sua viabilidade”, concluiu.

CONSTRUIR 2030

DUARTE FREITAS ANUNCIA REDE INTEGRADA DE APOIO AO EMPRESÁRIO

O secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública do Governo dos Açores, Duarte Freitas, anunciou a criação de uma Rede Integrada de Apoio ao Empresário para “aligeirar e desburocratizar o sistema”.

Em comunicado disponibilizado no portal do executivo regional, Duarte Freitas avançou que aquela rede vai estar disponível nas nove ilhas açorianas para apoiar “os interessados em investir na região”.

“É importante aligeirar e desburocratizar o sistema, com base num novo paradigma, que seja mais próximo dos empresários”, lê-se na nota de imprensa.

Segundo disse, “cada ilha terá um espaço de apoio ao empresário” com o “objetivo de facilitar” o investimento na região.

O executivo realça que o anúncio foi feito durante a apresentação do Construir 2030, que decorreu na noite de segunda-feira, na ilha do Pico.

O Construir 2030 vai promover em todas as ilhas do arquipélago “debates entre cidadãos, empresas, instituições e entidades públicas a propósito do novo sistema de incentivos financeiros” e do Programa Operacional (PO) 2020 e 2030, explicou o governante.

“Pretende-se, por um lado, levar ao conhecimento de todos o ponto de situação do PO 2020, mas também o ponto de situação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), dando nota das linhas orientadoras para o PO 2030, que está em fase final de negociação com Bruxelas”, concluiu Duarte Freitas.

O evento “Construir 2030” foi anunciado em 27 de junho com o objetivo de recolher contributos, em todas as ilhas, de empresas, instituições e cidadãos, para o novo sistema de incentivos, tendo ainda uma plataforma 'online' onde os cidadãos podem deixar contributos.



O Governo dos Açores, de coligação PSD/CDS-PP/PPM, é liderado pelo social-democrata José Manuel Bolieiro e depende do apoio parlamentar do Chega, IL e de um deputado independente.

GOVERNO DOS AÇORES QUER REFORÇAR PAGAMENTO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS DE MÉDICOS

O Governo dos Açores quer reforçar o pagamento de horas extraordinárias do trabalho médico em serviços de urgência e atendimento permanente do Serviço Regional de Saúde (SRS), tendo já ultimado legislação nesse sentido.

Na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o secretário Regional da Saúde, Clélio Meneses, apresentou ao plenário a proposta de decreto legislativo regional, esclarecendo que a intenção do executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM é “reforçar as remunerações dos médicos” do SRS.

O documento teve por base uma recomendação do PAN aprovada pelo parlamento açoriano e calcula o trabalho suplementar médico “com base no valor da primeira posição remuneratória de assistente graduado sénior, tendo como limite máximo o valor de 50 euros por hora, salvo quando a remuneração base for superior”.

Clélio Meneses recordou que “grande parte do SRS, ao nível dos serviços de urgência”, está assente “em prestações de serviços”.

Em 2021, por exemplo, foram feitos 198 mil horas de serviços de urgência naquele regime, o correspondente a um “esforço financeiro de oito milhões de euros”, acrescentou.

O documento apresentado, que vai ainda passar por consulta pública, refere que passou “quase uma década” desde a entrada em vigor do atual regime”.

A proposta determina que “a realização de trabalho médico suplementar no âmbito do Serviço Regional de Saúde não está sujeita a quaisquer limites máximos, sempre que a respetiva prestação seja necessária ao funcionamento dos serviços de urgência ou de atendimento permanente”.

Este trabalho, lê-se na proposta, é “mesmo majorado a partir do limite legalmente previsto em presença física e o dobro deste em regime de prevenção”.

“O trabalho suplementar médico só deve ser realizado por extrema e imperiosa necessidade para o funcionamento dos serviços de urgência e apenas quando estiverem esgotadas todas as alternativas de período normal de trabalho, bem como esgotadas as horas extraordinárias legalmente permitidas entre os médicos que integrem as escalas dos serviços”, é referido no diploma.



Aos profissionais médicos que, “independentemente do seu vínculo e regime de trabalho, prestem trabalho suplementar no serviço de urgência ou em serviços de atendimento urgente ou permanente, é devido um acréscimo remuneratório do valor hora”.

“Para os profissionais médicos não pode resultar qualquer prejuízo remuneratório, sendo devida a manutenção do pagamento do valor hora do respetivo vencimento base que ultrapasse os acréscimos definidos”, é indicado.

O regime agora proposto “tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas especiais ou excecionais em contrário, e sobre instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado por estes”.

GOVERNO REGIONAL AUMENTA NÚMERO DE ASSISTENTES NAS ESCOLAS

O Governo dos Açores aprovou um decreto regulamentar que altera o cálculo para determinação do número mínimo de assistentes operacionais por cada escola, com objetivo de reforçar o número de profissionais, anunciou o secretário da Presidência na sexta-feira, 8 de julho.

“É urgente proceder a uma atualização dos rácios definidos por legislação, perante a necessidade de se reforçar o número de assistentes operacionais nas escolas”, justificou Faria e Castro durante a leitura do comunicado do Conselho de Governo, que esteve reunido na quinta-feira na ilha do Faial.

Segundo explicou, estas alterações à legislação atual, que já tem “mais de década e meia”, pretendem uniformizar a fórmula de cálculo do número mínimo de assistentes operacionais por cada escola, mas tendo também em conta as “especificidades” de cada estabelecimento de ensino.

“Isto tem a ver com a evolução demográfica e com o número de trabalhadores ao abrigo dos programas de inserção profissional em cada unidade orgânica”, adiantou Faria e Castro, afirmando que esta regulamentação prevê também uma majoração para os alunos do ensino especial e artístico.

O executivo açoriano aprovou ainda uma resolução que pretende estabelecer o regime de acesso e condições de atribuição da medida “Converter”, que prevê a atribuição de apoios financeiros destinados aos empresários que promovam a criação de postos de trabalho permanentes.



“É uma medida específica para a criação de postos de trabalho permanentes, através de um apoio financeiro, concedido às entidades empregadoras, que convertam contratos de trabalho a termo, em contratos a tempo indeterminado”, explicou o secretário regional da Presidência.

O Governo liderado pelo social-democrata José Manuel Boleiro aprovou ainda uma resolução que visa aprovar o regulamento dos programas ESTAGIAR L, ESTAGIART e ESTAGIAR +, destinados aos jovens que terminaram a sua formação e que procuram agora ingressar no mercado de trabalho.

“Os destinatários destes programas passam a fazer descontos para a Segurança Social e a ter, portanto, proteção social”, referiu Faria e Castro, adiantando que os jovens nestas condições poderão também ter acesso a formação, durante este período.

O executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM aprovou ainda uma resolução que autoriza a abertura de um concurso público, com publicidade internacional, para a aquisição de bens alimentares, no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, até ao montante máximo global de 3,6 milhões de euros, acrescidos de IVA.

“É uma medida no âmbito do regulamento geral de Fundo de Auxílio Europeu, às pessoas mais carenciadas, e o regulamento específico do programa operacional e pretende mitigar as formas de pobreza com maior impacto nas formas de exclusão social e privação alimentar”, justificou o governante.

AÇORES APROVAM ANTEPROPOSTA PARA PENSÕES DE TRABALHADORES DA BASE DAS LAJES



O Parlamento dos Açores aprovou na sexta-feira, 8 de julho, por unanimidade, uma anteproposta de lei para eliminar o fator de sustentabilidade a pensões antecipadas requeridas entre 2015 e 2019 por antigos trabalhadores da Base das Lajes, na ilha Terceira.

Apresentado pelos grupos parlamentares que sustentam o Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM), o diploma seguirá agora para a Assembleia da República. Segundo o deputado do PSD/Açores Paulo Gomes, a iniciativa legislativa da Coligação “corrige o tratamento discriminatório de que os antigos trabalhadores foram alvo ao solicitarem a sua aposentação, decorrente da redução de efetivos militares entre 2015 e 2019”.

Com esta nova anteproposta de lei, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) pretende corrigir uma “injustiça” relativamente aos profissionais que, por via da redução do contingente militar norte-americano na base das Lajes, em 2015, “foram obrigados a solicitar a reforma antecipada” entre aquele ano e 2018, descreve-se no diploma.

O fator de sustentabilidade, que introduz um corte de cerca de 14% em algumas pensões antecipadas, foi eli-

minado para as pensões dos trabalhadores que exercem profissões de desgaste rápido com o decreto-lei n.º 70/2020, mas a eliminação do corte só se aplica aos requerimentos de pensão apresentados desde 2019.

“Considerando a justiça social e a equidade que o Estado deve assumir na aplicabilidade da lei, importa acabar com esta discriminação entre trabalhadores da mesma entidade empregadora, eliminando assim a aplicação do fator de sustentabilidade às pensões de todos os trabalhadores das USFORAZORES da Base das Lajes, que foram forçados a requerer a aposentação antecipada”, é referido no documento.

De acordo com o diploma, o fator de sustentabilidade foi criado em 2007, “mas nunca foi aplicado às pensões dos antigos trabalhadores da Base das Lajes que pediram a reforma antecipada entre 1991 e 2015”.

“Este tratamento discriminatório a alguns antigos trabalhadores” das Lajes “só pode ser corrigido com uma alteração à legislação que elimine a aplicação do fator de sustentabilidade”, é salientado. A intenção é garantir “a reposição integral do valor das pensões dos antigos trabalhadores da Base das Lajes que requereram a aposentação entre 2015 e 2019”.

“Não se pretende, nem é pretensão destes antigos trabalhadores, a reposição retroativa desta medida de justiça social”, é referido na anteproposta.

No diploma é ainda recordado que, desde dezembro de 1991, o destacamento norte-americano na Base das Lajes foi “alvo de sucessivas reestruturações promovidas pelos Estados Unidos da América, com sucessivas reduções de postos de trabalho diretos e indiretos de trabalhadores portugueses ao serviço daquele destacamento”.

“No início do ano de 2015, o Governo dos Estados Unidos da América comunicou a intenção de reduzir, mais uma vez, o contingente militar estacionado na Base das Lajes para um mínimo de 165 efetivos militares, na sequência de mais um processo de reestruturação”, é ainda lembrado.

Este processo, lê-se, “teve como consequência a redução de 500 postos de trabalho diretos de portugueses ao serviço daquele destacamento militar, com um impacto económico e social muito negativo causado no concelho da Praia da Vitória, na ilha Terceira e nos Açores”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lisboa para reunir, no dia 21 de julho (quinta-feira) de 2022, pelas 20H00, no Hotel Roma, sita na Av. de Roma 33, Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

Alerta-se para o facto de a credenciação começar às 19H30.

MIRANDELA

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º 54º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Mirandela para reunir no próximo dia 22 de Julho (sexta-feira) de 2022, às 21H15, na Sede local no Grande Hotel Dom Dinis, sita Av. Nossa Senhora do Amparo-Mirandela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política local;
3. Análise da situação política nacional e internacional;
4. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no número 2 do artigo 69º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, a reunião da Assembleia de Secção iniciar-se-á decorridos trinta minutos com qualquer número de presenças.

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Palmela do PSD, para a Assembleia de Secção a realizar no próximo dia 1 de Outubro (sábado) de 2022, entre as 14H00 e as 20H00, na Biblioteca Municipal de Palmela, sita Largo de São João, Palmela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos órgãos da Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas aos órgãos sujeitos a sufrágio deverão ser entregues na Sede Distrital do PSD de Setúbal, sita na Rua de Santa Maria, nº 18 Loja, Setúbal, ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

Para efeitos de votação no dia 1 de Outubro de 2022, as urnas estarão abertas das 14H00 às 20H00.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penafiel para reunir, no dia 25 de Julho (segunda-feira) de 2022, pelas 21H00, presencialmente na Sede da Junta de Freguesia de Irivo, sita na Rua da Igreja, 18 – Freguesia de Irivo (Penafiel), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política;

Notas: Se à hora prevista não se verificar quórum, a Assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal para reunir 21 de julho (quinta-feira) de 2022, pelas 21H00, na Sede da Secção, sita na Rua do M. F. A., no 11, Amora, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações.
2. Análise da situação política partidária.
3. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



IV CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o IV Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Aveiro do mandato 2021/2023, para reunir no próximo dia 24 de julho de 2022 (domingo), pelas 14h30m, na Escola Sargento Lopes dos Santos, sita na Rua da Capela, 3810-383, Bonsucesso, Aradas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da proposta para Distinção de Militante Honorário;
- 2 – Aprovação da ata do III Conselho Distrital Ordinário;
- 3 – Apresentação e Análise do Relatório de Atividades do primeiro ano de mandato;
- 4 – Outros assuntos de interesse.

AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Amarante, para reunirem no dia 13 de Agosto de 2022, pelas 14 horas, na sede do PSD de Amarante, sita Edif. do Salto - Santa Luzia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Amarante.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14.00 horas e as 16.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Amarante ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Amares, para o plenário a realizar no próximo dia 13 de agosto de 2022 (sábado), pelas 15 horas, na sede concelhia do PSD Amares, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.º 36, em Ferreiros Amares, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de concelhia e mesa do plenário da JSD Amares.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao presidente da mesa da concelhia da JSD Amares ou a quem estatutariamente o substitua, até às 29h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na sede concelhia do PSD Amares, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.º 36, em Ferreiros Amares.

As urnas estarão abertas das 15h00m até às 17h00m.

ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Anadia, para reunir no dia 23 de Julho de 2022, pelas 21:00 horas, na sede concelhia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários, Edifício Complexo das Fontes - B1, 1º andar, sala B, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balanço de actividades;
- 3 - Outros assuntos.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Paços de Ferreira, para reunir no próximo dia 28 de julho de 2022 (quinta-feira), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Paços de Ferreira, sita na Avenida dos Bombeiros Voluntários, N 221, 4590-580, Paços de Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.